

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

THE COMPANY'S DATA MANAGEMENT PRINCIPLES

A WM Systems LLC. (doravante referida como a Empresa como um Administrador conjunto de Dados) fornece atividades de gerenciamento de informações detalhadas para fins de gerenciamento de informações adequado.

A Empresa declara que cumpre integralmente as disposições das leis de proteção de dados aplicáveis ao lidar com dados pessoais. A Empresa tomará as medidas adequadas para levar em consideração as possibilidades oferecidas pela tecnologia de TI, os custos de implementação e a natureza, escopo, circunstâncias e objetivos da gestão de dados e a probabilidade variável de risco para os direitos e liberdades das pessoas físicas, a fim de ser capaz de garantir a segurança dos dados com um nível de risco adequado.

Os princípios de gestão de dados da Empresa estão de acordo com a legislação de proteção de dados existente, em particular:

- sobre a proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e sobre a livre circulação desses dados, e o Regulamento (CE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho (27 de abril de 2016), alterado por Regulamento (CE) n.º 95/46 (a seguir designado RGPD);
- Lei CXII de 2011 sobre o direito à autodeterminação de informação e liberdade de informação. Aja ;
- Lei V de 2013 do Código Civil;
- Lei XIX de 1998 sobre processos criminais;
- Lei C de 2000 sobre Contabilidade;
- Lei CVIII de 2001 sobre serviços de comércio eletrônico e serviços da sociedade da informação;
- Lei C de 2003 sobre comunicações eletrônicas;
- Lei CXXXIII de 2005 sobre as regras de proteção pessoal e patrimonial e investigadores privados;
- Lei I de 2012 sobre o Código do Trabalho;
- Lei II de 2012 sobre infrações, processo de infração e sistema de registro de enfermidades.

PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE DADOS DA EMPRESA

O M2M Rendszerház Kft. e WM Systems LLC. (doravante referida como a Empresa como um Administrador conjunto de Dados) fornece atividades de gerenciamento de informações detalhadas para fins de gerenciamento de informações adequado. A Empresa declara que cumpre integralmente as disposições das leis de proteção de dados aplicáveis ao lidar com dados pessoais. Para ser capaz de garantir a segurança dos dados

com um nível de risco adequado. Os princípios de gestão de dados da Empresa estão em consonância com a legislação de proteção de dados existente, em particular: sobre a proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e sobre a livre circulação desses dados, e o Regulamento (CE) n.º 2016/679 de do Parlamento Europeu e do Conselho (27 de abril de 2016), com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 95/46 (a seguir designado RGPD); Lei CXII de 2011 sobre o direito à autodeterminação de informação e liberdade de informação. Aja ; Lei V de 2013 do Código Civil; Lei XIX de 1998 sobre processos criminais; Lei C de 2000 sobre contabilidade; Lei CVIII de 2001 sobre serviços de comércio eletrónico e serviços da sociedade da informação; Lei C de 2003 sobre comunicações eletrónicas; Lei CXXXIII de 2005 sobre as regras de proteção pessoal e patrimonial e investigadores privados; Ato I de 2012 sobre o Código do Trabalho; Lei II de 2012 sobre infrações, processo de infração e sistema de registro de enfermidades.

DISPOSIÇÕES DE INTERPRETAÇÃO

Em causa: qualquer pessoa singular identificada ou identificável, direta ou indiretamente, com base em um ou mais fatores, com base em dados pessoais. Dados pessoais: Qualquer ou todas as informações relativas à pessoa em questão, como nome, número, dados de localização, identificador online ou identidade física, fisiológica, genética, intelectual, econômica, cultural ou social da pessoa física. Contribuição: uma declaração voluntária, concreta, informada e clara da vontade da pessoa em causa, com a qual dá o seu consentimento inequívoco para o tratamento dos dados pessoais que lhe dizem respeito. Protesto: uma declaração da pessoa em causa que se opõe ao tratamento dos seus dados pessoais com base no interesse legítimo do responsável pelo tratamento ou de terceiros e pede a cessação do processamento dos dados e o cancelamento dos dados processados. Administrador de dados: uma pessoa física ou jurídica ou não jurídica que, de forma independente ou com outros, determina a finalidade e os meios de gerenciamento de dados, toma e executa decisões sobre gerenciamento de dados (incluindo o equipamento usado), ou obtém um processador de dados execute. Gerenciamento de dados: independentemente do método usado, qualquer operação ou agregação de operações, como coleta, captura, gravação, renderização, marcação, armazenamento, modificação, transformação, utilização, recuperação, transmissão, publicação, alinhamento, vinculação, bloqueio, exclusão e destruição de dados, acesso a dados e prevenção de uso posterior de dados, captura de fotografias, som ou imagens e registro de características físicas (como impressão digital ou palmar, padrão de DNA, imagem de íris) para identificação da pessoa. Transmissão: Para disponibilizar os dados a um terceiro específico. Divulgação: disponibilizar os dados a qualquer pessoa. Eliminação de dados: torna os dados irreconhecíveis de forma que a sua recuperação não seja mais possível. Designação de dados: fornecer aos dados uma marca de identificação para distingui-los. Criptografia de dados: com a finalidade de limitar o tratamento contínuo dos dados com uma indicação de identificação por um período de tempo determinado ou fixo. Destruição de dados: Destruição física total da mídia que contém dados. Processamento de Dados: Executa tarefas técnicas relacionadas às operações de gerenciamento de dados, independentemente do método e dispositivo usado para realizar as operações, e da localização do aplicativo, desde que a tarefa técnica seja realizada nos dados. Processador de dados: uma pessoa física ou jurídica ou uma organização sem personalidade jurídica que, com base em um contrato celebrado com o controlador de dados, incluindo a celebração de um contrato por lei, processa o tratamento dos dados, trata os dados pessoais em nome de o controlador de dados. Registros: todos os dados processados em um registro. Incidente de privacidade: uma violação de segurança que resulta em destruição acidental ou ilegal, perda, alteração, divulgação não autorizada ou acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, armazenados ou manipulados de outra forma. Terceiro: uma pessoa singular ou coletiva ou uma organização sem personalidade jurídica que não seja a mesma que a pessoa em causa, responsável pelo tratamento ou processador de dados, ou pessoas autorizadas a

gerir dados pessoais sob o controle direto do controlador ou processador de dados. Estado EEE: um Estado-Membro da União Europeia

GAMA DE DADOS PESSOAIS GERIDOS PELA EMPRESA, OBJETIVO, ASSUNTO E DURAÇÃO DA GESTÃO DE DADOS, TRANSMISSÃO DE DADOS

A gestão de dados das atividades da Empresa é justificada pela execução do contrato ou no interesse legítimo da Empresa. Se os dados pessoais não provierem da pessoa em causa, o fornecedor dos dados tem a obrigação de determinar os fundamentos jurídicos do tratamento dos dados pessoais da pessoa em causa e de os informar. A Empresa mantém um registro do processamento de dados executado de acordo com o Artigo 30 do GDPR.

GRAVAÇÃO E GESTÃO DE DADOS DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO

O objetivo do gerenciamento de dados: oferecer cotação, compra, faturamento, entrega. Tratamento de dados pessoais: nome do contato, endereço, e-mail, telefone e dados relativos à execução do contrato. A base jurídica para o tratamento de dados é o Artigo 6 (1) (b) e (f) do GDPR e a Lei de Contabilidade. Período de gestão de dados: de acordo com o Artigo 169 (2) da Lei de Contabilidade, pelo menos oito anos, de acordo com o Artigo 6 (1) (b) e (f) do RGPD, com base em uma análise de juros, enquanto se aguarda a recepção da declaração do protestante em causa. Transmissão: Para entregas a empresas de courier, a entidades designadas na legislação relativa à prestação dos Serviços Financeiros da Empresa.

GESTÃO DE DADOS PARA CONTATO (NEWSLETTER, REGISTRO WEB)

O objetivo da gestão de dados: entrar e manter contato com as pessoas interessadas; informações sobre as atividades da Empresa e os serviços que ela fornece. Escopo dos dados gerenciados: nome do contato, endereço, número de telefone, endereço de e-mail. Base jurídica para o tratamento de dados: Artigo 6.º, n.º 1, alínea f), do RGPD. Duração do tratamento dos dados: até ao recebimento da declaração de protesto do interessado. Transmissão: Nenhuma.

MANUSEIO DE DADOS DO SISTEMA DE OBSERVAÇÃO ELETRÔNICA

Finalidade da gestão de dados: A Empresa opera um sistema de observação capaz de captar uma imagem para a proteção de suas atividades (ativos, segredos comerciais administrados e dados pessoais). O sistema de observação registra a área externa da sede da Empresa, potenciais pontos de entrada, entrada e saída. A gama de dados processados é física, imagem e filme. A base jurídica para o processamento de dados: Artigo 6.º, n.º 1, alínea f), do RGPD, o Código do Trabalho, as regras de proteção pessoal e patrimonial e os investigadores privados; Duração do tratamento de dados: com base em 31. § da Lei sobre as regras de proteção pessoal e patrimonial e investigadores privados; em conformidade com o artigo 6.º, n.º 1, alínea f), do RGPD e o teste de consideração de juros, pode ser até 30 dias. Transmissão de dados: em caso de prejuízo dos juros às autoridades especificadas na lei.

COLETA DE DADOS DE MEDIÇÃO

O serviço da Empresa fornece um sistema de coleta de dados de medição que coleta e disponibiliza os resultados da medição do consumo de energia para as empresas que gerenciam as contas dos consumidores e / ou para os consumidores. A este respeito, a Empresa é a Processadora de Dados. O objetivo do processamento de dados é coletar dados de medição, calcular o valor absoluto das leituras do medidor de acordo com as instruções do controlador de dados, para produzir trabalhos de horas de medição no formato solicitado pelo controlador de dados. Escopo dos dados pessoais tratados: a métrica é o conjunto de dados contido no contrato individual por coleta. Base jurídica para o tratamento de dados: RGPD Artigo 6.º, n.º 1, alínea b). Duração do processamento de dados: durante o período do contrato e um ano a partir da rescisão do contrato. Acesso às informações: para fins operacionais e de depuração, os engenheiros especialistas da Empresa com base nos registros de acesso.

OUTRA GESTÃO DE DADOS

As informações sobre gerenciamento de dados não listadas nesta seção são divulgadas pela Empresa às pessoas envolvidas com base na Seção 20 da Lei de Informações e no Artigo 12 do GDPR.

EXERCÍCIO DOS DIREITOS DA PESSOA EM CAUSA

Informação e comunicação transparentes A Empresa disponibiliza informação sobre a gestão de dados pessoais de forma concisa, transparente, compreensível e facilmente acessível, de forma clara e inequívoca. Após a devida identificação, a Empresa deverá assegurar que os seus direitos relativos à gestão de dados sejam exercidos no prazo de um mês a partir da recepção do pedido, podendo ser prorrogado por mais dois meses. Informa o interessado da prorrogação do prazo, indicando as razões do atraso. A pessoa em questão pode apresentar o pedido eletronicamente ou pessoalmente. As informações podem ser fornecidas pela Empresa em formato eletrônico, a menos que solicitado de outra forma pela pessoa em questão.

ACESSO DE EXERCÍCIO

A pessoa em questão tem o direito de receber feedback da Empresa sobre se seus dados pessoais estão sendo processados. No caso de processamento de dados em curso, terão acesso às seguintes informações: fins da gestão dos dados; as categorias de dados pessoais em questão; o caso da transmissão de dados e os destinatários; a duração prevista para o armazenamento de dados pessoais ou os critérios para determinar esse período; retificação, exclusão ou restrição do gerenciamento de dados e o direito de protesto; o direito de registrar uma reclamação dirigida à Autoridade de Proteção de Dados; se os dados não forem coletados da pessoa em questão, todas as informações disponíveis sobre sua fonte; caso os dados pessoais sejam transmitidos a um país terceiro ou a uma organização internacional, as garantias legais exigidas. A pedido do interessado, a Empresa deve fazer uma cópia dos dados pessoais sujeitos ao tratamento de dados. Para cópias adicionais solicitadas pela entidade, a Empresa pode cobrar uma taxa razoável com base nos custos administrativos.

CORREÇÃO DE DADOS

Durante o período de processamento de dados, o interessado pode solicitar a correção de dados pessoais inexatos relativos a ele a qualquer momento. Os dados também podem ser corrigidos se a empresa detectar que os dados não são factualmente precisos. No caso de uma correção dos dados, os dados falsos podem ser apagados e os dados reais só podem ser coletados se a inadequação dos dados a serem apagados puder ser comprovada sem qualquer dúvida e o documento que atesta a autenticidade dos dados a ser inscrito está disponível para a Empresa. Em caso de alteração ou modificação dos dados do banco de dados, a pessoa em questão deve notificar a Empresa por escrito sobre a alteração e o conteúdo exato dos dados alterados no prazo de cinco dias úteis a partir da data da alteração e modificação dos dados. A notificação deve vir acompanhada de documentos para verificação dos dados alterados. As consequências jurídicas relativas à falha de notificação ou entrega tardia são cobradas da parte inadimplente. O interessado deve enviar uma notificação de correção dos dados ou alteração dos dados à Empresa por escrito. Se a correção ou alteração de dados diz respeito a um contrato que faz parte da relação jurídica, a sua modificação deve ser anexada ao pedido escrito acima. Se houver uma disputa entre a Empresa e a pessoa em questão sobre os fatos, conteúdo ou tempo de correção ou alteração de dados, as partes são obrigadas a consultar. A correção ou alteração dos dados relatados pela pessoa em questão deve ser efetuada pela Empresa ou pela pessoa em questão no prazo de 30 dias úteis a partir do recebimento da notificação. A pessoa em questão deve ser notificada da correção e todos aqueles a quem os dados foram anteriormente transferidos para tratamento de dados. A notificação pode ser omitida se não prejudicar o interesse legítimo dos dados em questão para efeitos de tratamento dos dados.

RESTRICÇÃO DA GESTÃO DE DADOS

A pedido da pessoa em causa, a Empresa restringe o processamento de dados se: a pessoa em causa contesta a veracidade dos dados pessoais, neste caso, a restrição refere-se ao período de tempo para o controlador de dados verificar a veracidade dos dados pessoais dados; o tratamento de dados é ilegal e a pessoa em causa opõe-se à eliminação dos dados e, em vez disso, pede para limitar a sua utilização; o controlador de dados não precisa mais de dados pessoais para gerenciamento de dados, mas a pessoa em questão exige que eles apresentem, façam cumprir ou protejam reivindicações legais; vagy, a pessoa em causa se opôs ao tratamento de dados nos termos do artigo 21.º, n.º 1, do RGPD; neste caso, a restrição se aplica à duração para determinar se as razões legítimas do controlador de dados prevalecem sobre as razões legítimas da parte em questão. No caso de gerenciamento de dados limitado, o tratamento de dados não é possível, exceto para armazenamento.

O DIREITO DA PESSOA EM CAUSA DE PROTESTAR

A pessoa em causa pode opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais se o tratamento dos dados pessoais for necessário para fazer cumprir os legítimos interesses do responsável pelo tratamento ou de terceiros. A Empresa examinará o protesto no menor prazo possível, mas não mais de 30 dias a partir da apresentação do pedido, e decidirá sobre a questão da sua validade e informará o requerente por escrito. Se a Empresa estabelecer a validade dos protestos em questão, ela interrompe o processamento de dados, incluindo a coleta e transferência de dados adicionais, e bloqueia os dados, bem como informa todos aqueles sobre o protesto e as medidas tomadas com base naqueles a quem os dados pessoais afetados pelo protesto foram previamente transmitidos, e que são obrigados a agir para fazer valer o direito de protesto.

DELEÇÃO DE DADOS

Os dados pessoais devem ser excluídos se: o manuseio dos dados for ilegal; o interessado retira o seu consentimento e não existe outra base legal para o tratamento dos dados, os dados estão incompletos ou incorretos e não podem ser legalmente corrigidos, desde que a eliminação não seja excluída por lei; a finalidade da gestão de dados cessou ou o prazo legal para armazenamento de dados expirou; tem que cumprir uma obrigação legal. A unidade organizacional que regista os dados pessoais é obrigada a monitorizar a cessação da finalidade da gestão de dados e a providenciar o cancelamento sem demora dos dados tratados. A pessoa em questão deve ser notificada do cancelamento e todos aqueles a quem os dados foram anteriormente transferidos para tratamento de dados. A notificação pode ser omitida se não prejudicar o interesse legítimo dos dados em questão para efeitos de tratamento dos dados.

PORTABILIDADE DE DADOS

A Empresa não realiza uma gestão automatizada de dados pessoais que se baseie no consentimento de pessoas singulares pertencentes à sua clientela ou mediante contrato, pelo que o direito de portabilidade não pertence ao interessado.

GESTÃO DE INCIDENTES

No caso de um incidente de dados relacionado aos dados tratados pela Empresa, o controlador de dados deve ser notificado sem demora. O relato de um incidente de privacidade pode ocorrer da seguinte forma: Notificação pessoal:

WM Systems LLC., 1222 HUNGRIA, Budapeste, 8 Villa str., nos dias úteis das 9h às 17h,

Notificação por e-mail para o endereço de e-mail: adatvedelem@wmsystems.hu

RECURSO JURÍDICO

Se a parte em questão não concordar com a decisão da Empresa, ela poderá apelar ao tribunal no prazo de 30 dias a partir da data de sua comunicação.

Um recurso pode ser apresentado à Autoridade Nacional Húngara para Proteção de Dados e Liberdade de Informação. :

Nome: Autoridade Nacional Húngara para Proteção de Dados e Liberdade de Informação.

Sede: 1125 HUNGRIA, Budapeste, Szilágyi Erzsébet fasor 22 / C.

Endereço postal: 1530 HUNGRIA, Budapeste, Pf. : 5. Telefone: +36 1 391 14 00, Fax: +36 1 391 14 10

E-mail: ugyfelszolgalat@naih.hu

Página web: <https://www.naih.hu> Hungria,

Budapeste, 25 de maio de 2018